

O materialismo histórico-dialético nas pesquisas em Políticas Educacionais

Gisele Masson
Universidade Estadual de Ponta Grossa – Brasil
E-mail: gimasson@uol.com.br

Simone de Fátima Flach
Universidade Estadual de Ponta Grossa – Brasil
E-mail: eflach@uol.com.br

Resumo: Este trabalho apresenta uma análise das pesquisas sobre políticas educacionais que se fundamentam no materialismo histórico-dialético, com o objetivo de identificar o uso das categorias do método (práxis, totalidade, mediação, contradição e historicidade) e das categorias da obra marxiana (trabalho, mais-valia, alienação, ideologia, classes sociais e Estado). Primeiramente, abordamos os fundamentos do método materialista histórico-dialético, com base em Marx e Lukács, valendo-nos, também, da contribuição de autores contemporâneos como Tonet, Lessa, Netto, Chasin e Mészáros. Em seguida, apresentamos um levantamento das teses e dissertações defendidas no período de 1990 a 2010, nos Programas de Pós-Graduação em Educação do Brasil, enfocando a análise somente dos trabalhos defendidos entre 2006 e 2010 que indicaram a utilização do referencial marxista. A partir do levantamento, foi possível mapear a frequência do uso das categorias, tanto do método quanto do conteúdo da obra marxiana, destacando a importância da relação dialética entre elas.

Palavras-chave: Materialismo histórico-dialético. Pesquisa em políticas educacionais. Produção do conhecimento.

El materialismo histórico-dialéctico en las investigaciones en Políticas Educativas

Resumen: Este trabajo presenta un análisis de las investigaciones sobre políticas educativas que se fundamentan en el materialismo histórico-dialéctico, con el objetivo de identificar los usos de las categorías del método (praxis, totalidad, mediación, contradicción e historicidad) y de las categorías de la obra marxista (trabajo, plusvalía, alineación, ideología, clases sociales y Estado). Primeramente, abordamos los fundamentos del método materialista histórico-dialéctico basándonos en Marx y Luckács, valiéndonos, también, de las contribuciones de autores contemporáneos como Tonet, Lessa, Netto, Chasin y Mészáros. Luego, presentamos un relevamiento de las tesis y disertaciones defendidas en el período 1990-2010, en los programas de Pos-Graduación en Educación de Brasil, enfocando el análisis solamente de los trabajos defendidos entre 2006 y 2010 que indican el empleo del referencial marxista. A partir del relevamiento fue posible mapear la frecuencia del uso de las categorías tanto del método cuanto del contenido de la obra marxiana, destacando la importancia de la relación dialéctica entre ellas.

Palabras clave: Materialismo histórico-dialéctico. Investigación en políticas educativas. Producción de conocimientos.

Historical-dialectical materialism in Education Policy research

Abstract: This study presents an analysis of the research on education policy which are based on the historical-dialectical materialism, aiming to identify the use of the method categories (praxis, totality, mediation, contradiction and historicity) and the Marxist theory categories (labor, surplus value, alienation, ideology, social classes and the State). Firstly, the background of the historical-dialectical materialism based on Marx and Lukács is presented, supported by the contribution of contemporary authors such as Tonet, Lessa, Netto, Chasin and Mészáros. Next, a survey of the thesis and dissertations presented between 1990 and 2010 in the Post-graduation programs in the Education area in Brazil is carried out, focusing on the studies presented between 2006 and 2010 which resorted to the Marxist theoretical background. From this survey, it was possible to map how often both categories the method and the Marxist work, highlighting the importance of the dialectical relationship between them.

Keywords: Historical-dialectical materialism. Education policy research. Knowledge production.

A concepção materialista histórico-dialética: contribuições para a produção do conhecimento¹

A concepção materialista histórico-dialética do conhecimento foi desenvolvida por Marx, ao longo do processo de análise da sociedade em que vivia. Assim, não escreveu nenhum texto específico sobre o seu método de investigação, demonstrando que o

[...] seu pensamento não se instaura como uma gnosiologia, mas como uma ontologia. Isto porque ele compreende que as questões relativas ao conhecimento só podem ser resolvidas após a elaboração de uma teoria geral do ser social, vale dizer, de uma ontologia do ser social. (TONET, 2013, p. 70).²

De acordo com Tonet (2013), a elaboração marxiana é uma forma de conhecimento radicalmente distinta das anteriores, embora a sua origem esteja situada na modernidade, em cujo contexto histórico também nasceu o método científico moderno.

A questão central de Marx diz respeito à análise das relações sociais de produção que caracterizam a estrutura material da sociedade capitalista, ou seja, como os homens se organizam para produzir a sua existência, na forma capitalista de sociabilidade. A apreensão dessas relações, de acordo com a concepção marxiana, possibilita compreender a gênese do ser social³, nessa fase histórica e, ainda, explicitar a função social do conhecimento. A conclusão geral que Marx chega e que serviu de fio condutor de seus estudos é exposta, mesmo que brevemente, no *Prefácio à Contribuição para a crítica da economia política*. Marx a resume nos seguintes termos:

¹ Uma versão desta seção foi publicada como capítulo de livro (MASSON, 2014).

² Segundo Tonet (2013, p. 70-71), os lineamentos da ontologia do ser social podem ser encontrados nas obras de juventude do Marx como nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, em *Para a questão judaica*, em *A sagrada família*, em *A ideologia alemã* (essas duas escritas em parceria com Engels). Contudo, essa abordagem se faz presente em toda a obra posterior de Marx, por isso, a sua leitura econômica e política não pode eliminar os fundamentos filosóficos.

³ Tendo em vista as limitações deste texto, indicamos que, em Marx, a gênese do ser social, em sentido ontológico, pressupõe destacar a importância do trabalho para o salto do ser orgânico para o ser social e o desenvolvimento, portanto, da linguagem, da sociabilidade, do conhecimento, da educação e de outras ações humanas de maior complexidade.

na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. (MARX, 2003, p. 5).

Marx superou as concepções anteriores, partindo da análise da produção social da existência humana. Sendo assim, a práxis⁴ humana pressupõe a relação entre teleologia e causalidade. Isso quer dizer que a consciência e a realidade objetiva possuem o mesmo estatuto ontológico.

Netto (1994) afirma que a reconstrução ideal da objetividade é um trabalho laborioso em que os homens podem conhecer mediatamente o mundo de que são parte constitutiva, desse modo, não há fratura ontológica. Isso implica, segundo o autor, numa unidade entre racionalidade objetiva e racionalidade subjetiva, mas tal unidade é processual, na medida em que o mundo é dinamizado contraditoriamente e a consciência reconstrói esse movimento por aproximações.

Lessa (1999) indica que a relação entre a consciência e a objetividade não se esgota, já que ambas são processualidades históricas. Para o autor, o conhecimento é um processo de aproximação da consciência ao “ser-em-si”, tornando ontologicamente impossível a identidade sujeito-objeto. Entretanto, esclarece que o fato de o conhecimento não esgotar o objeto não significa que seja possível apenas conhecermos a realidade de forma parcial, singular. É por meio da práxis que podemos ter acesso às determinações parciais e às categorias mais universais do “ser-precisamente-assim existente”.

A práxis, como princípio que possibilita a unidade entre a consciência e a realidade objetiva, foi destacada por Marx e Engels (2007, p. 611, grifo do autor) na *II Tese sobre Feuerbach*:

A questão de saber se cabe ao pensar humano uma verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas sim uma questão *prática*. É na práxis que o ser humano tem de provar a verdade, quer dizer, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensar. A controvérsia acerca da realidade ou não realidade do pensar, que está isolado da práxis, é uma questão puramente *escolástica*.

Para Tonet (2013, p. 73), faltava aos modernos o conceito de práxis como uma categoria ontológica, ou seja, como

um produto da própria realidade madura da sociabilidade, produzida pelo capitalismo maduro. A práxis [...] é exatamente o conceito que traduz a forma como se articulam subjetividade e objetividade, sob a regência desta última, em todas as atividades humanas.

⁴ O fundamento da práxis é o trabalho, entendido como intercâmbio material do homem com a natureza, por isso, assume as suas características fundamentais (prévia-ideação, objetivação, generalização).

Assim, se no padrão greco-medieval de conhecimento ocorre a passividade do sujeito pela regência do objeto, no padrão moderno ocorre a regência da subjetividade. Já a concepção marxiana supera esses dois modos de desenvolver o conhecimento porque “[...] compreende tanto a realidade objetiva como o conhecimento como resultados da práxis humana [...]”. (TONET, 2013, p. 61-62). Todavia, o polo regente é a objetividade, ou seja, a materialidade social.

A ontologia social marxiana é, portanto, centrada na práxis e fundada no trabalho, a qual busca apreender, como já destacamos, o modo de ser e de se reproduzir do ser social, na forma histórica capitalista. A ordem burguesa é tomada como uma totalidade sócio-histórica, ou seja, a realidade é analisada como uma totalidade concreta que é composta por totalidades concretas de menor complexidade. (NETTO, 1994).

Cabe destacar que a totalidade não significa a apreensão de toda a realidade, nem um todo composto pela soma de partes, significa, na concepção marxiana, a necessidade de desvelar a realidade, da gênese ao seu desenvolvimento, captando-a, de acordo com Marx (2003), como “síntese de múltiplas determinações”. Netto (1994) enfatiza que o menor componente da totalidade concreta analisada não é um componente simples, mas sim uma totalidade de menor complexidade e destaca, ainda, que uma “totalidade imediata é amorfa” e uma “totalidade sem negatividade é morta”. Isso quer dizer que somente é possível desvelar a realidade a partir das contradições e mediações. O autor destaca, ainda, que a totalidade concreta é dinamizada pela negatividade imanente que promove a desestruturação da forma estabelecida.

Na sociedade capitalista, a relação antagônica entre capital e trabalho gera contradições em todo o complexo social, as quais podem ser captadas pelo “sistema de mediações”. Assim, o desenvolvimento desigual das totalidades parciais constitutivas da totalidade social concreta não pode ser entendido de forma mecânica e linear, mas somente pela análise das mediações do particular que permite captar a relação entre o singular e o universal, ou seja, a dinâmica própria do objeto situado numa totalidade abrangente.

Na obra *História e consciência de classe*, Lukács (2003, p. 105) afirma que:

Não é o predomínio de motivos econômicos que distingue de maneira decisiva o marxismo da ciência burguesa, mas o ponto de vista da totalidade. A categoria da totalidade, o domínio universal e determinante do todo sobre as partes constituem a essência do método que Marx recebeu de Hegel e transformou de maneira original no fundamento de uma ciência inteiramente nova.

A relevância da categoria totalidade leva o autor a complementar que “para o marxismo, em última análise, não há, portanto, uma ciência jurídica, uma economia política e uma história, etc. autônomas, mas somente uma ciência histórico-dialética, única e unitária do desenvolvimento da sociedade como totalidade.” (LUKÁCS, 2003, p. 107). Além disso, critica a ciência burguesa por considerar os fenômenos sociais do ponto de vista do indivíduo, levando-o a ter um domínio apenas parcial e fragmentado desses fenômenos. Defende, portanto, que “o ponto de vista da totalidade não determina, todavia, somente o objeto, determina também o sujeito do conhecimento.” Isso quer dizer, segundo ele, que “a totalidade só pode ser determinada se o sujeito que a determina é ele mesmo uma totalidade; e se o sujeito deseja compreender a si mesmo, ele tem de pensar o objeto como totalidade.” (LUKÁCS, 2003, p. 107).

Essas questões são da maior importância, pois nos levam a perceber que a compreensão do indivíduo singular é possível pela análise da sua posição nas relações sociais de produção, numa determinada forma histórica.

Mészáros (2013, p. 58), ao analisar o conceito de dialética em Lukács, contribui para destacar a relevância da sua concepção de totalidade concreta como um *tertium datur* em relação às concepções anteriores:

[...] “totalidade social” sem “mediação” é como “liberdade sem igualdade”: um postulado abstrato – e vazio. A “totalidade social” existe por e nessas mediações multiformes, por meio das quais os complexos específicos – isto é, as “totalidades parciais” – se ligam uns aos outros em um complexo dinâmico geral que se altera e modifica o tempo todo. O culto direto da totalidade, a mistificação da totalidade como imediatez, a negação das mediações e interconexões complexas de umas com as outras só podem produzir um mito e, como provou o nazismo, um mito perigoso. O outro extremo da separação não dialética, ou seja, o culto da imediatez e a negação da totalidade, das interconexões objetivas entre os complexos individuais, também é perigoso e produz a desorientação, a defesa da fragmentação, a psicologia da insignificância de nossas ações, a rejeição cínica da atividade inspirada pela moral e a aceitação impotente de nossas condições, por mais inumanas que sejam. Não surpreende que Lukács rejeite os dois extremos.

Lukács (1947, apud Mészáros, 2013, p. 58) explica que a concepção materialista dialética da totalidade significa: 1º) “unidade concreta das contradições interagentes”; 2º) “relatividade sistemática”, pois qualquer totalidade determina as totalidades subordinadas e é, ao mesmo tempo, sobredeterminada por totalidades de complexidade maior; 3º) “relatividade histórica”, já que toda totalidade é mutável e limita-se a um determinado período histórico concreto.

Lukács considera que a sociedade é um complexo de complexos, e destaca que no

[...] nível mais elevado do complexo total atribuir ao complexo parcial mediador funções parciais particulares, surge nesse complexo parcial – chamada à existência pela necessidade objetiva – certa independência, certa peculiaridade autônoma do reagir e agir, que precisamente nessa particularidade se torna indispensável para a reprodução da totalidade. (LUKÁCS, 2013, p. 248).

Na visão de Lukács (2013), quando tentamos apreender conceitualmente tais complexos, com postulados da lógica e da gnosiologia, sem abordar a gênese e as funções de cada um, resultará numa incapacidade de compreensão. Por isso, o autor afirma que, para o funcionamento e a reprodução dos complexos sociais parciais, há a necessidade ontológica de uma autonomia, mesmo que relativa. Outra importante propriedade comum quanto à ontologia dos complexos sociais foi enfatizada pelo autor:

Eles podem ser precisamente determinados e exatamente delimitados em termos metodológicos-conceituais em relação a todos os demais complexos mediante a análise concreta de sua essência e de sua função, de sua gênese e eventualmente da perspectiva do fenecimento ou de sua atuação social permanente. (LUKÁCS, 2013, p. 248).

A partir dessa questão, Lukács (2013) aponta que a inter-relação dos complexos é mediada pela consciência, tanto correta quanto falsa, dos homens que atuam na sociedade.

No entanto, Lessa (1999) esclarece que Marx, ao afirmar que o ser determina a consciência, indica que sem a categoria da totalidade a consciência não pode refletir o real, pois este é uma totalidade complexa. Na concepção da ontologia marxiana, o real não pode ser conhecido, na sua essência, a partir de conceitos teóricos *a priori*.

Nos Grundrisse (2011, p. 59, grifo do autor), Marx pontua que:

Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações de existência, com frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, *também do ponto de vista científico*, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela *enquanto tal*.

Nesse mesmo sentido, Lukács (2010, p. 228) considera “[...] as categorias não como princípios de formação lógicos ou gnosiológicos no interior do conhecimento, mas como determinações do próprio ser [...]”. O autor elucida que:

[...] o conhecimento científico e também o filosófico devem partir da objetividade concreta do existente que a cada vez torna-se seu objeto e desembocar no esclarecimento de sua constituição ontológica. [...] Essa prioridade incondicional do ser em sua respectiva objetividade concreta determina também seu modo de conhecimento em forma generalizada, portanto, como categoria. (LUKÁCS, 2010, p. 327).

O conhecimento científico e filosófico da objetividade concreta do existente requer, também, a sua apreensão histórica. Conhecer o real, para Marx, pressupõe conhecê-lo na sua historicidade e não na sua forma meramente presente. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels destacam que

devemos começar constatando que a primeira premissa de toda a existência humana, e portanto também de toda a história, é a premissa de que os homens, para “fazer história”, se achem em condições de poder viver. Para viver, todavia, fazem falta antes de tudo comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a geração dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da vida material em si, e isso é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda história, que tanto hoje como há milênios, tem de ser cumprida todos os dias e todas as horas, simplesmente para assegurar a vida dos homens. (MARX; ENGELS, 2007, p. 50).

Tal afirmação dos autores indica o caráter histórico do ser social, inaugurado pelo trabalho como elemento ineliminável da vida dos homens. Por isso, para analisar a história é importante estabelecer conexões entre as relações materiais e os valores, as ideias e as diferentes instituições sociais.

Mészáros (2009, p. 73) aponta três conjuntos de problemas que considera essenciais para o desenvolvimento da consciência histórica:

1. A determinação da ação histórica.
2. A percepção de mudança não meramente como um lapso de tempo, mas como um movimento que possui caráter intrinsecamente cumulativo, implicando, portanto, alguma espécie de avanço e desenvolvimento.
3. A oposição implícita ou consciente entre universalidade e particularidade, com vistas a atingir uma síntese de ambas na tarefa de explicar eventos historicamente relevantes em termos de sua significância mais ampla, os quais, por necessidade, transcendem sua especificidade histórica imediata.

Essas questões, segundo ele, são fundamentais para uma concepção histórica genuína, pois estabelecer genericamente que os homens são sujeitos da história não é suficiente se a mudança histórica não for compreendida como uma complexa relação dialética entre universalidade, particularidade e singularidade (neste caso, o sujeito da ação histórica). Da mesma forma, o autor pondera que

[...] o conceito de progresso humano enquanto tal, tomado de forma isolada das outras duas dimensões da teoria histórica, é facilmente reconciliável com uma explicação minuciosamente anistórica se a ação supra-humana da ‘Providência Divina’ é presumida como a força motriz por trás da mudança postulada. (MÉSZÁROS, 2009, p. 73).

Isso é importante porque o papel privilegiado da providência divina no desenvolvimento da história não é, de acordo com ele, confinado à Idade Média, pois essa questão pode ser localizada, também, nas filosofias burguesas da história que defendem interesses reacionários e conservadores.

Marx e Engels (2011, p. 111, grifo dos autores) afirmam, em *A Sagrada Família*, que

A História não faz nada, “não possui *nenhuma* riqueza imensa”, “não luta *nenhum* tipo de luta”! Quem faz tudo isso, quem possui e luta é, muito antes, o *homem*, o homem real, que vive; não é, por certo, a “História”, que utiliza o homem como meio para alcançar *sens fins* – como se se tratasse de uma pessoa à parte –, pois a História *não é senão* a atividade do homem que persegue seus objetivos.

Todavia, a ênfase no papel dos homens reais no desenvolvimento da história não pode ser entendido de forma voluntarista, pois segundo o próprio Marx, há que se considerar os limites estruturais e temporais, já que, de acordo com ele, “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” (MARX, 2002, p. 21).

A concepção marxiana se apresenta, portanto, como superação do subjetivismo (redução da realidade aos atos do sujeito) e do objetivismo (determinação mecânica da realidade). Destacamos, até aqui, *a práxis, a totalidade, a mediação, a contradição e a historicidade* como categorias centrais da concepção marxiana sobre a produção do conhecimento. Entretanto, tais categorias emergiram da própria realidade, como determinações da existência. Como já destacamos, nos *Grundrisse*, Marx (2011, p. 59) enfatizou que “[...] as categorias expressam formas de ser, determinações de existência [...]”

Nesse sentido, Chasin (2009, p. 89) explica que não há uma questão de método no pensamento marxiano, “se por método se entende uma arrumação operativa, *a priori*, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos, com os quais o investigador deve levar a cabo seu trabalho, então não há método em Marx.”

Todavia, é possível, conforme Chasin (2009), captar as linhas mestras da forma como Marx desenvolveu a sua análise da realidade, respeitando sempre o seu movimento contraditório. Sendo assim, é possível dizer que há um método de estudo da realidade inaugurado por Marx.

Na próxima seção do texto, procuramos estabelecer uma análise das pesquisas sobre políticas educacionais, realizadas de 2006 a 2010, a fim de evidenciar a frequência do uso das categorias do materialismo histórico-dialético e das categorias de conteúdo da obra marxiana.

Pesquisas sobre políticas educacionais que se fundamentam no materialismo histórico-dialético⁵

A realização de pesquisas em qualquer área do conhecimento requer, obviamente, o domínio do método a ser utilizado. No entanto, o método não pode ser entendido como um conjunto de regras que irá conduzir o pesquisador no seu estudo. O método pressupõe uma teoria geral, a qual servirá de fundamento para a análise dos dados da pesquisa.

Consideramos imprescindível, portanto, o domínio da concepção materialista dialética para o pesquisador que pretende adotar a perspectiva marxista nos seus estudos. Todavia, não é possível, nessa perspectiva teórica, confinar a discussão sobre a teoria às suas premissas metodológicas. Esse equívoco foi cometido por Lukács ao afirmar que

um marxista ortodoxo sério poderia [...] rejeitar todas as teses particulares de Marx, sem, no entanto, ser obrigado, por um único instante, a renunciar à sua ortodoxia marxista. O marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma 'fé' numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro sagrado. Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método. (LUKÁCS, 2003, p. 64).

Na visão de Mészáros (2002), Lukács, na tentativa de apontar que toda teoria apresenta fatores contingentes e que, por isso, algumas conclusões podem ser questionadas por conta de suas limitações temporais, acaba estabelecendo uma oposição entre método e conteúdo. Assim, Mészáros (2002, p. 397) afirma que Lukács “rompe a relação dialética inerente entre método e fundamento substantivo no qual se apóia [...]”.

A partir disso, destacamos que as categorias do materialismo histórico-dialético não podem ser dissociadas do conteúdo da obra marxiana, já que não há uma cesura entre categorias e ser social, entre forma e conteúdo, por isso, na visão de Mészáros (2002), o método não tem uma validade autossuficiente.

Nesse sentido, ao realizarmos a análise das pesquisas sobre políticas educacionais que indicaram a utilização do materialismo histórico-dialético, procuramos identificar como as categorias do método (práxis, totalidade, mediação, contradição e historicidade) foram utilizadas no estudo e como elas se articulam com as categorias da obra marxiana (trabalho, mais valia, alienação, ideologia, classes sociais e Estado).

Para tanto, partimos de um levantamento das teses e dissertações sobre políticas educacionais que indicavam a utilização da perspectiva marxista, conforme quadro a seguir.

⁵ Camargo (2018) apresenta uma revisão de literatura sobre o emprego do materialismo histórico-dialético na pesquisa em Política Educacional. Pronko (2018) apresenta os principais problemas e desafios do emprego desse referencial no campo da Política Educacional.

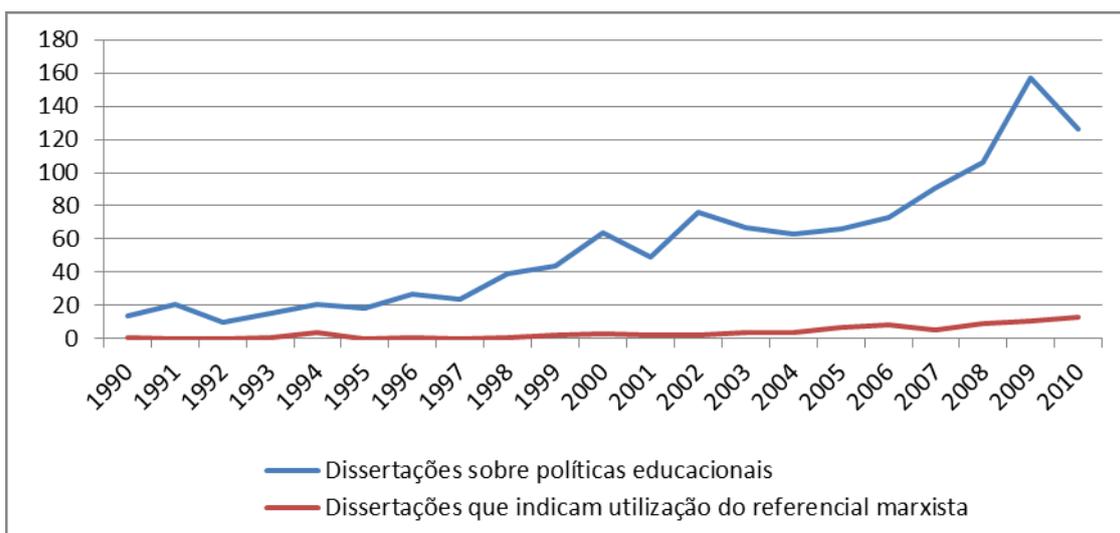
Quadro 1 - Dissertações e teses sobre políticas educacionais produzidas entre 1990 a 2010

ANO	TOTAL DE DISSERTAÇÕES	DISSERTAÇÕES QUE UTILIZAM O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO	TOTAL DE TESES	TESES QUE UTILIZAM O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO
1990	14	1	7	1
1991	21	0	3	0
1992	10	0	3	0
1993	15	1	3	0
1994	21	4	6	0
1995	18	0	8	0
1996	27	1	15	0
1997	24	0	13	0
1998	39	1	9	0
1999	44	2	13	0
2000	64	3	18	0
2001	49	2	19	3
2002	76	2	22	2
2003	67	4	23	2
2004	63	4	23	1
2005	66	7	28	3
2006	73	8	31	2
2007	91	5	39	2
2008	106	09	26	2
2009	157	11	38	7
2010	126	13	42	7
TOTAL	1.171	78	389	32

Fonte: As autoras, com base no levantamento realizado pela orientanda de Iniciação Científica, Janaína Silvana Sobzinski.

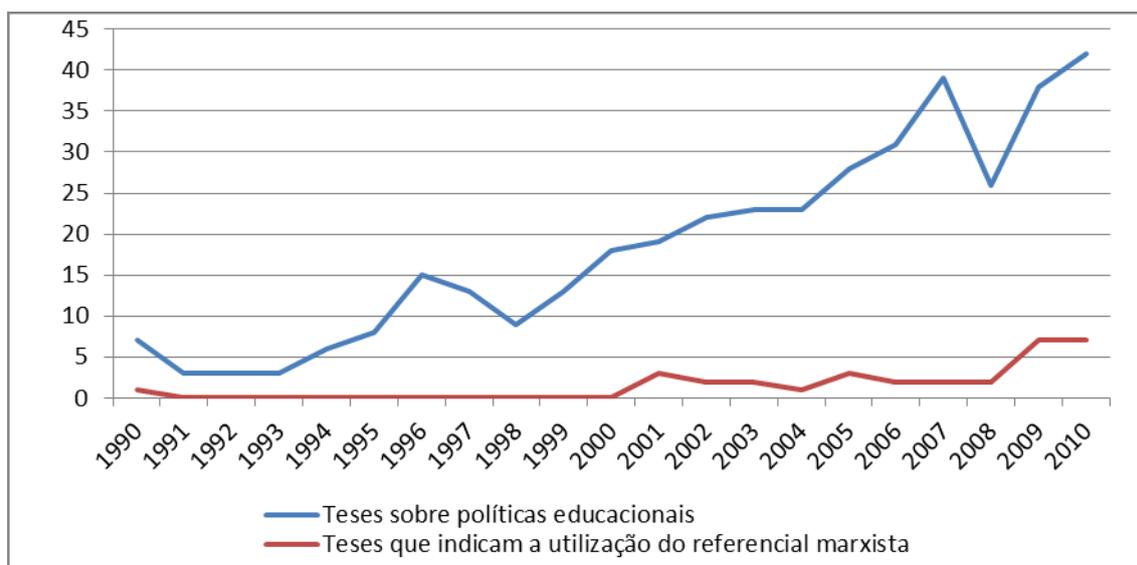
Observamos que, de 1990 até 2010, há um aumento progressivo na utilização desse referencial teórico nas pesquisas. Todavia, tal levantamento evidenciou que o materialismo histórico-dialético não é predominante nos estudos, pois apenas cerca de 7% das dissertações e 8% das teses utilizaram esse referencial teórico. Os gráficos a seguir demonstram esse aumento progressivo, principalmente nas teses defendidas.

Gráfico 1 - Dissertações sobre políticas educacionais – 1990 a 2010



Fonte: As autoras.

Gráfico 2 - Teses sobre políticas educacionais – 1990 a 2010



Fonte: As autoras.

Neste texto nos limitamos, no entanto, a apresentar a análise das teses e dissertações de 2006 a 2010. Tais produções foram localizadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, sendo que 46 dissertações indicaram a utilização do referencial marxista em seus resumos. Destas, 04 não foram localizadas no site dos Programas de Pós-Graduação ou seus autores não as disponibilizaram para a consulta pública. Assim, foram analisadas 42 dissertações, as quais evidenciaram a utilização das categorias do método e das categorias de conteúdo da obra marxiana. Destacamos, no quadro a seguir, a frequência da utilização das categorias do método materialista histórico-dialético nas dissertações analisadas.

Quadro 2 - Frequência da utilização das categorias do método materialista histórico-dialético nas dissertações analisadas – 2006 a 2010

Dissertações			Categorias do método					Categorias de conteúdo					
Total	Não localizadas	Analisadas	Contradição	Práxis	Mediação	Totalidade	Historicidade	Trabalho	Estado	Mais valia	Alienação	Ideologia	Classes sociais
46	04	42	32	22	26	31	24	40	41	09	22	32	34

Fonte: As autoras.

Em relação às teses, foram localizadas, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, 20 teses que indicaram em seus resumos a utilização do referencial marxista. Dessa forma, foram analisadas 20 teses que evidenciaram a utilização das categorias do método marxiano e das categorias de conteúdo da obra marxiana, como podemos observar no quadro a seguir.

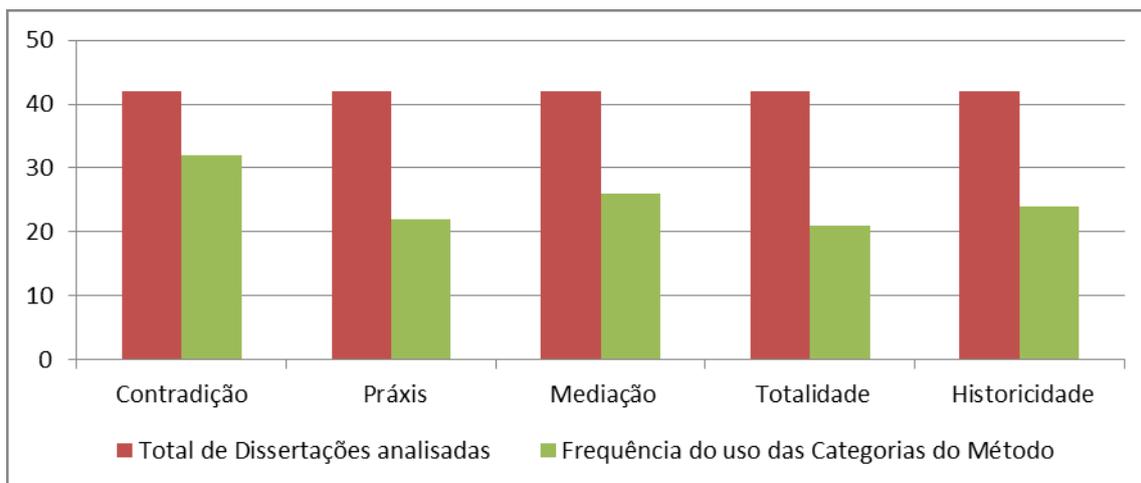
Quadro 3 - Frequência da utilização das categorias do método materialista histórico-dialético nas teses analisadas – 2006 a 2010

Teses		Categorias do método					Categorias de conteúdo					
Total	Analisadas	Contradição	Práxis	Mediação	Totalidade	Historicidade	Trabalho	Estado	Mais valia	Alienação	Ideologia	Classes sociais
20	20	15	13	13	17	20	20	20	08	14	19	18

Fonte: As autoras.

Para uma melhor visualização desses dados, elaboramos os gráficos a seguir:

Gráfico 3 - Frequência do uso das categorias do materialismo histórico-dialético em dissertações – 2006 a 2010

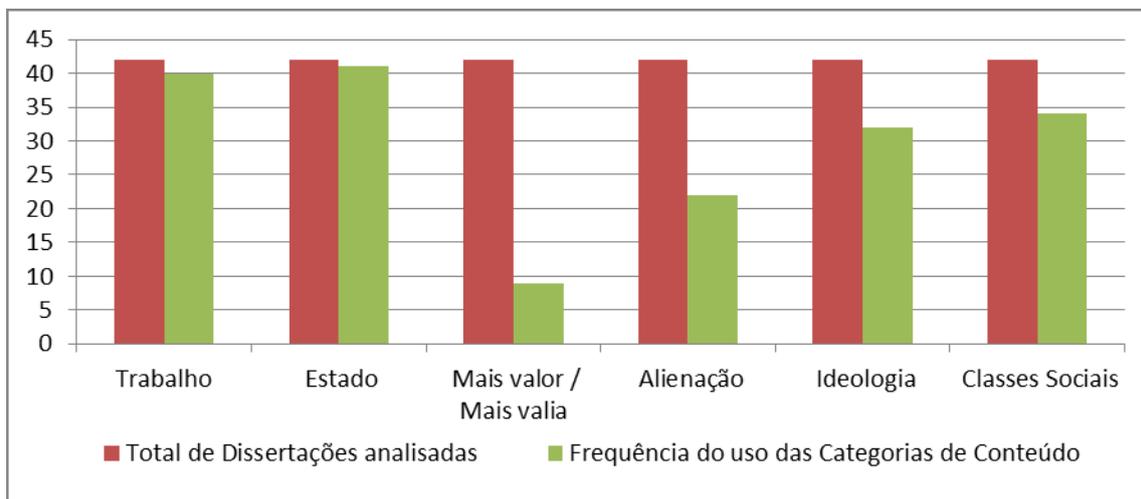


Fonte: As autoras.

Nesse gráfico, podemos observar que nem todas as categorias do método foram efetivamente utilizadas nas análises dos dados das pesquisas realizadas entre 2006 a 2010. Destacamos, em especial, as categorias de práxis e totalidade, as quais foram as menos consideradas nos estudos. Em que pese a citação das categorias do método nas dissertações, em muitos casos foram apenas mencionadas, porém, sem uma adequada utilização na análise.

O gráfico a seguir apresenta a frequência do uso das categorias que consideramos fundamentais na obra marxiana.

Gráfico 4 - Frequência do uso das categorias de conteúdo da obra marxiana em dissertações – 2006 a 2010

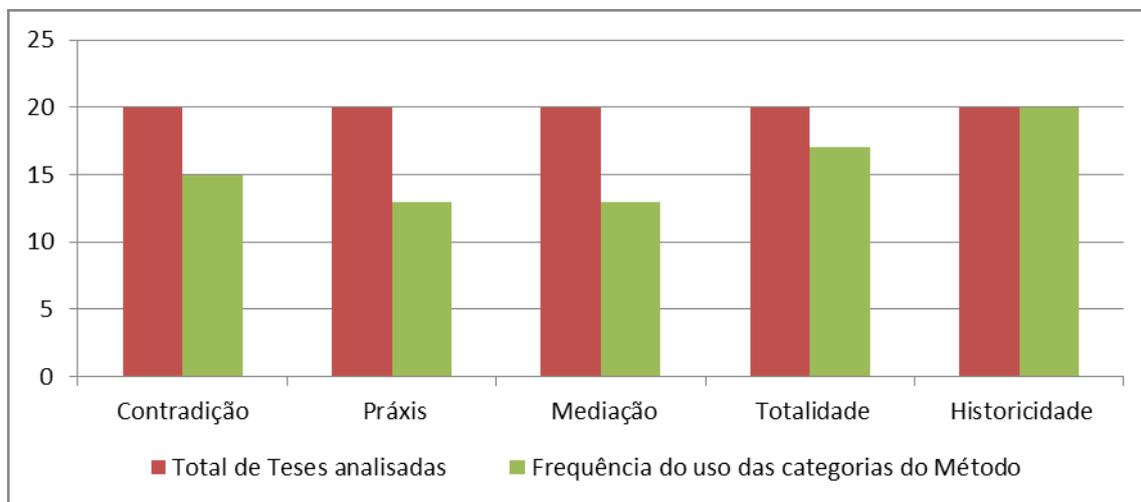


Fonte: As autoras.

Nesse gráfico fica evidente que as categorias de mais valia e de alienação foram as menos utilizadas. Chama a atenção o uso restrito da categoria mais valia, já que consideramos que ela é central para explicar a acumulação do capital pelo processo de exploração da classe trabalhadora, na forma capitalista de sociabilidade.

Nas teses, observamos que o uso das categorias do método foram mais frequentes, mas as menos utilizadas foram a práxis e a mediação, como é possível observar a seguir.

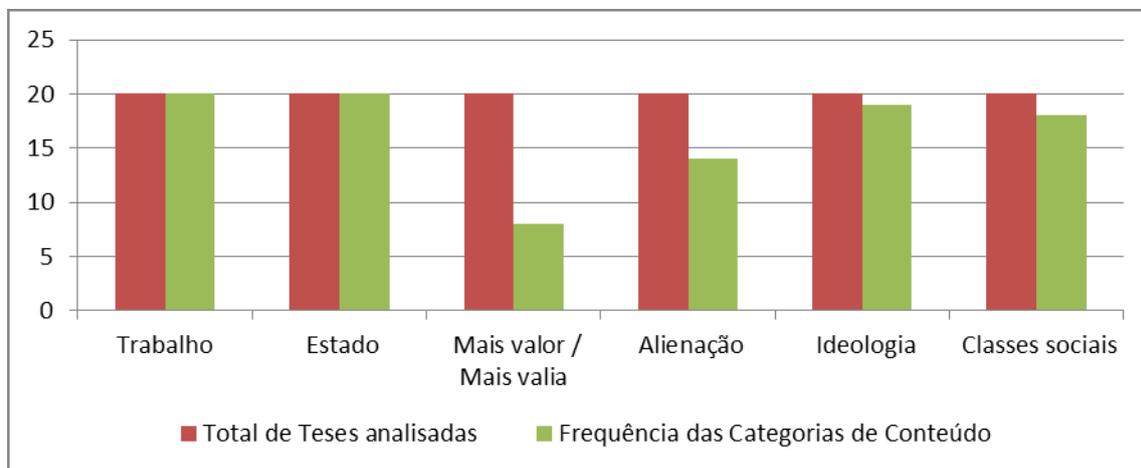
Gráfico 5 - Frequência do uso das categorias do materialismo histórico-dialético em teses – 2006 a 2010



Fonte: As autoras.

Em relação ao uso das categorias de conteúdo, nas teses, observamos que as menos frequentes são as mesmas das dissertações, ou seja, as categorias mais valia e alienação. Todavia, a utilização de tais categorias acontece de forma mais efetiva e coerente, conforme exposição no gráfico abaixo.

Gráfico 6 - Frequência do uso das categorias de conteúdo da obra marxiana em teses – 2006 a 2010



Fonte: As autoras.

Com os dados apresentados nos gráficos e quadros procuramos evidenciar, especificamente, a frequência do uso das categorias do método e do conteúdo da obra marxiana por considerarmos que elas são fundamentais para as pesquisas que se propõem a utilizar o referencial marxista, de modo a não promover uma cesura entre método e conteúdo, já que são categorias intimamente ligadas.

Apesar da relação dialética indissociável entre método e conteúdo, não julgamos ser necessário o uso de todas as categorias, pois isso dependerá do objeto de investigação de cada pesquisador e das mediações necessárias para a compreensão da realidade investigada.

Considerações finais

Neste trabalho procuramos evidenciar as contribuições da concepção materialista histórico-dialética na produção do conhecimento. Além disso, apresentamos um levantamento das teses e dissertações sobre políticas educacionais defendidas no período de 1990 a 2010, bem como daquelas que se utilizaram do referencial marxista, no período de 2006 a 2010. A partir do levantamento foi possível mapear a frequência do uso das categorias, tanto do método quanto do conteúdo da obra marxiana.

Nosso objetivo foi apresentar um panorama das produções em políticas educacionais, realizadas nos Programas de Pós-Graduação, que se propuseram a utilizar o materialismo histórico-dialético. Nesse sentido, não tivemos como pretensão julgar as produções realizadas, mas uma meta-pesquisa, a fim de que seja possível levantar questionamentos e problematizações sobre os estudos realizados.

Entendemos que a pesquisa em políticas educacionais, sob a perspectiva marxista, implica tomá-las como um complexo que só pode ser entendido na sua relação com outros complexos que formam a totalidade social. Isso quer dizer que as categorias da obra marxiana são fundamentais para se compreender a complexidade da sociedade regida pelo capital. Sendo assim, destacamos a importância da relação dialética entre as categorias de conteúdo com as categorias do método materialista histórico-dialético.

Em síntese, procuramos contribuir para o debate sobre a produção do conhecimento em políticas educacionais, com o intuito de colaborar com o avanço desse campo de investigação sob o enfoque do materialismo histórico-dialético.

Referências

- CAMARGO, E. A pesquisa em Política Educacional na perspectiva do materialismo histórico-dialético – revisão de literatura. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 3, p. 1 -21, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.3.007>
- CHASIN, J. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- LESSA, S. Lukács, ontologia e método: em busca de um (a) pesquisador (a) interessado (a). **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 141-173, 1999.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **A sagrada família, ou, A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e seus consortes**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASSON, G. A importância dos fundamentos ontológicos nas pesquisas sobre políticas educacionais: contribuições do materialismo histórico-dialético. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (Orgs.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados; Brasília: UnB, 2014. p. 201-225.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, I. **O conceito de dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, J. P. Razão, ontologia e práxis. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 44, p.26- 42, 1994.

PRONKO, M. A. Desafios teórico-metodológicos para o ensino de Políticas Educacionais na perspectiva do materialismo histórico. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 2, p. 248-264, jul./dic. 2016.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

Recebido: 20/03/2018

Aceito: 01/07/2018

Publicado online: 07/07/2018

Gisele Masson

Doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Associada do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Membro do Conselho Acadêmico da ReLePe.

Simone de Fátima Flach

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR (2010), com Estágio Pós-doutoral na Universidade Tuiuti do Paraná - UTP (2017). Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa na área de Política Educacional, atuando na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação.
